

Sinais alentadores

Embora as previsões em matéria econômica estejam sempre sujeitas ao assalto desestabilizador de fatores aleatórios, há fundadas razões para acreditar que, mantidas certas cautelas, o País poderá transportar as eleições de 15 de novembro e chegar à posse do futuro presidente da República sem conhecer a hiperinflação. Os indicadores colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em período imediatamente posterior a 15 de julho indicam que a inflação cedeu em grau de intensidade. Quebrou-se o ritmo da tendência ascendental, na medida em que o crescimento de preços, no período mencionado, observou percentual inferior àquele registrado na fase antecedente.

Os valores em curso na economia comportam-se dentro de um contexto orgânico e articulado, salvo quando, por efeito de descontrole generalizado, deixam de governar-se por referenciais confiáveis. A crise brasileira, todavia, não escapou aos instrumentos de controle. A recente escalaada de remarcação de preços, tanto nas áreas de produção quanto de comercialização, recebeu contradita eficaz na queda acentuada da demanda. Em São Paulo, maior mercado nacional, contratos em número apreciável foram suspensos, com devolução de mercadorias aos produtores, devido a reações do consumidor final.

Por um lado, o fenômeno explica a inclinação menos intensa da linha estatística dominante, numa indicação de queda no ritmo de crescimento percentual da inflação. Por outro, demonstra que as leis da economia de mercado, baseadas na correlação entre oferta e procura, encontram-se

em estado satisfatório de funcionamento, embora se revelem ainda inoperantes para bloquear todos os espaços ocupados pela especulação. Alguns empresários chegaram a proceder a uma espécie de *mea culpa*, ao reconhecerem que a elevação imoderada de preços, causada por uma expectativa hiperinflacionária, carecia de qualquer fundamento na realidade. Os danos causados aos esforços estabilizadores, contudo, são irreparáveis. Só servem para demonstrar como o fator psicológico embutido na própria inflação tende a realimentá-la.

A inflação de julho, segundo estudos preliminares do IBGE, deverá situar-se em torno de 29 por cento. Não se trata de um percentual adequado ao funcionamento normal da economia, mas reflete com bastante clareza a desaceleração do processo inflacionário. Como se sabe, de maio a junho a inflação cresceu de 9,94 para 24,83 por cento, daí porque se esperava em julho expansão de preços próxima da hiperinflação, expectativa agora derrubada pelas projeções do IBGE.

É evidente inexistir fatores de segurança nas relações econômicas capazes de arredar, em definitivo, o espectro da hiperinflação. Já adaptado, todavia, a uma convivência com taxas inflacionárias altas, o País poderá suportar incrementos médios de 30 ou 35 por cento até a posse do futuro presidente, se o Governo não afrouxar os controles ainda sob seu domínio, sobretudo quanto ao exercício de uma política fiscal extremamente rígida e a um abandono radical aos gastos perdulários da máquina administrativa.